

Fenômenos das comunicações que pontuam a (con)formação dos espaços brasileiros urbanos

Sandra Yukari Shirata Lanças

Recebido: 01 maio 2014

Aprovado: 24 maio 2014

Universidade de São Paulo (USP). Sorocaba. SP. Brasil.
Contato com a autora: slancas@hotmail.com

Resumo: Este trabalho refere-se a algumas questões de comunicação que permeiam a conformação dos espaços urbanos brasileiros, desde sua descoberta anunciada pela Carta de Pero Vaz de Caminha em 1500, passando pelas recomendações dos governantes portugueses até os nossos dias, permeada pelo analfabetismo de grande parte da população brasileira e mudança do paradigma da moradia rural pela urbana, no início do século XXI, e o surgimento de favelas e ocupações de áreas de risco. A continuidade das invasões em grandes áreas urbanas desocupadas denota a necessidade de maior comunicação entre a população e as políticas públicas urbanas. Mesmo com oportunidades e meios tecnológicos de troca de informações, faz-se necessário o aprimoramento das comunicações e legislação urbanística, para melhor atender os interesses da sociedade mais carente de mudanças estruturais e suas implicações na (re) produção de formas de espacialidades advindas das práticas arcaicas no espaço urbano brasileiro.

Palavras-chave: Comunicações. Espaços urbanos. Legislação urbana. Políticas públicas.

Abstract: **Communication phenomena that punctuate the (con)formation of the Brazilian urban spaces.** This paper refers to some communication issues that permeate the conformation of Brazilian urban spaces, since its discovery announced by letter of Pero Vaz de Caminha in 1500, through the recommendations of the Portuguese rulers until our days, permeated by the illiteracy of much the Brazilian population and change the paradigm of rural housing for urban, early in the twenty-first century , and the emergence of slums and occupations of risk areas . The continuity of invasions in large unoccupied urban areas indicates the need for greater communication between the population and the urban public policy. Even with technological opportunities and means of information exchange, it is necessary to improve communication and planning laws, to better serve the interests of society poorer structural changes and their implications for (re) production of forms of spatiality stemming from archaic practices in the Brazilian urban space.

Keywords: Communication. Urban spaces. Urban legislation. Public politics. Brazil.

Introdução

O Brasil é um grande país, monumental desde seu “Achamento”, documentado pela carta escrita ao rei à época de Portugal, D. Manuel I, por Pero Vaz de Caminha. Parte dessa grandeza se anuncia desde a descrição feita por aquele, e ainda que os ibéricos da época tentassem esconder estas informações, a fim de poder explorar suas riquezas sem maiores interferências, isto foi feito, no entanto, estabelecendo-se um padrão de desequilíbrio desde o início de sua história, ao menos sobre o ponto de vista econômico. Segundo Foucault (1999):

Os códigos fundamentais de uma cultura — aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas — fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar.

Figura 1 e 2 – Carta de Achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, 1500 e Mapa litoral do Brasil, 1580.

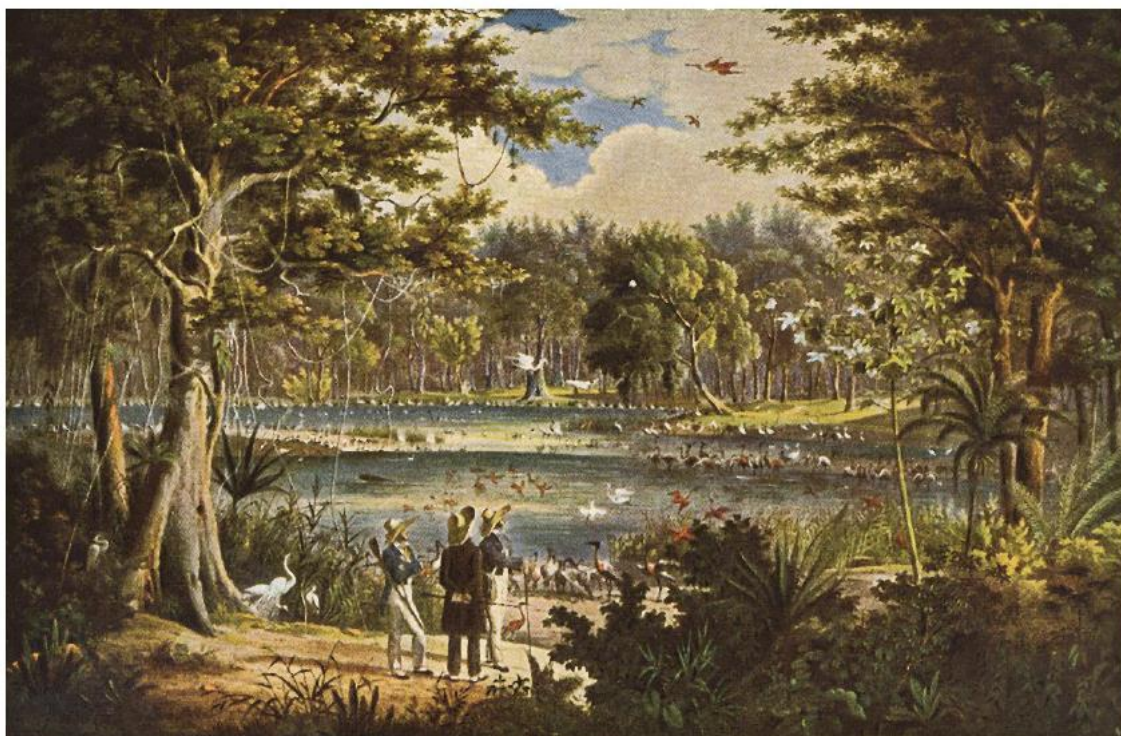


Para o urbanismo brasileiro, mesmo que incipiente no início da sua história ocidental, pode-se considerar as linguagens utilizadas para a comunicação geográfica que pontuaram o espaço antes do urbano: a linguagem falada, principalmente dos índios catequizados, e os escritos e os desenhos (principalmente dos estrangeiros), que podem ser desde garatujas à mão, croquis, mapas e cartas. Em um tempo em que adentrava selvas, muitas vezes sem

bússolas, orientados por índios que liam os “acidentes geográficos¹” mais comuns das paisagens e outras características eletivas anotadas e desenhadas por estrangeiros, na maioria das vezes, pois os primeiros brasileiros eram pouco letrados:

“A de setembro de 1825, partimos do Rio de Janeiro. Um vento fresco ajudou-nos a vencer, em 24 horas, a travessia de 70 léguas, até Santos, e isto significou dupla vantagem, porque a embarcação conduzia, também, 65 negros novos, infeccionados por sarna da cabeça aos pés’. Assim começa o mais vivo, completo e bem documentado relato da famosa Expedição de Langsdorff, que na sua derradeira e longa etapa, entre 1825 e 1829, percorreu o vasto e ainda bravio interior do Brasil, por via terrestre e fluvial - do Tietê ao Amazonas. Seu autor é um jovem francês de 21 anos, Hercules Florence, no cargo de desenhista topográfico. Encantado com as maravilhas das terras brasileiras e com seu povo hospitaleiro, Hercules Florence permaneceu aqui, ao término da expedição, escolhendo a então Vila de São Carlos, como Campinas foi conhecida até 1842, para viver o resto de sua vida. Florence morreu em 27 de março de 1879 (...).” (Revista Scientific American Brasil, 2002, p. 60).

**Figura 3 - Lagoa dos pássaros junto ao Rio São Francisco.
(ilustração que acompanha A viagem pelo Brasil, de Spix e Martius, 1823).**



Disponível em: <http://www.scielo.br/img/revistas/ea/v24n69/a12img03.gif>, acesso em 26 abr. 2014.

¹ Rios, montes, etc. Característica de denominação de muitas cidades brasileiras, ainda está ligada à língua indígena Tupi-guarani. Ex.: **VOTUPORANGA, SP; ybytu (ybotu, votu) poranga; botu:** vento, ar, nuvem + poranga: belo, bonito. Nuvem bela. **Bytyr?** (botu): colina + poranga: colina bonita.

**Figura 4 – Ponte de Santa Ifigênia. (São Paulo, Capital. Início do séc. XIX).
Autor: Jean B. Debret.**



Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/bcodeimagens/imagens_publico/006793001013.jpg, acesso em 26 abril 2014.

Desenhos da expedição de J. Spix e Martius (1823) (figura 4); da expedição Langsdorff, de Rugendas, Debret e de Saint Hilaire, (para citar os mais famosos) e de outros, nos ficam de herança de um passado em que poucos tinham acesso às informações escritas.

Derivadas da engenharia militar portuguesa, Luiz Serrão Pimentel descreve, além de como fazer fortificações militares, as dimensões recomendadas para as novas vias, as novas praças, amplamente divulgadas no novo território português (Pimentel apud Bueno, 2003):

- Praças centrais: 24,6 a 55m;
- Praças menores: 17,6 a 22m;
- Ruas principais: 6,6 a 7,7 m;
- Ruas secundárias: 5,5 a 6,6 m;
- Casa frente do lote: 5,28 a 8,8 m;
- Casa fundo do lote: 4,9 a 17,6 m;
- Casa do governador: 17,6m x 8,8m x 5,5m.

Foi uma das contribuições portuguesas para que a unidade territorial de um país de tamanho quase continental fosse mantida; a maioria das dimensões das ruas e praças mais antigas das cidades brasileiras fundadas à época seguiram as determinadas pela coroa portuguesa, através das instruções militares de Pimentel, seguidas pelos engenheiros militares. (Figura 5).

Figura 5 - Mapa da Imperial Cidade de São Paulo, 1810-1841. Coleção São Paulo Antigo: plantas da cidade. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. (selo aumentado pela autora).



Fonte: PMSP/SMC/DPH.

Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info02/maparufino410.jpg>, acesso em 26 abr. 2014

A coroa portuguesa conformou o território brasileiro em termos de ocupação estratégica, a começar pelas capitânicas hereditárias, sesmarias, e pela escolha de locais e modos para instalação da população em novas paragens; como estabelecido pelo 4º. Morgado de Matheus para o povoamento da província de São Paulo, no séc. XVII: com estratégias e claros regramentos dessa ocupação do espaço; inclusive com medidas para as novas praças e ruas, para a numeração das casas, (sistema² utilizado até os nossos dias), etc:

“O meio mais eficaz e mais seguro é juntar toda aquela gente e levá-los à paragem da povoação e ali debaixo das direções de quem os governe fazer-lhes assinalar sítios para as suas roças, fazendo os trabalhos juntos por modo de faxina militar, um dia em uma e outro dia em outra [roça] e depois de feitas e beneficiadas por este modo, enquanto cresce a planta irem e virem para os povoados este primeiro ano, e depois irem no tempo da colheita fazer as casas de sua habitação e deste modo facilmente se pode concluir a dita povoação, havendo zelo e cuidado nos diretores. Logo que estiver a planta feita na forma que digo e estabelecido o princípio para suas habitações, se lhe dará a providência do Culto Divino, [...]” (DERNTL, 2012).

Espaço e política

A questão urbana resolvida à época pela obediência às verticais ordens militares, sem opção de contestação, nem pelos militares, nem pelos cidadãos comuns; mas resolvida primeiramente pelos engenheiros militares e depois pelos homens bons, nas câmaras municipais³, (instaladas pelo império português quando as localidades eram elevadas à condição de Vila), contribuiu enormemente para a falta da participação popular e democrática generalizada do povo brasileiro para as questões do espaço urbano. Nesse sentido, o espaço urbano brasileiro no início de nossa história:

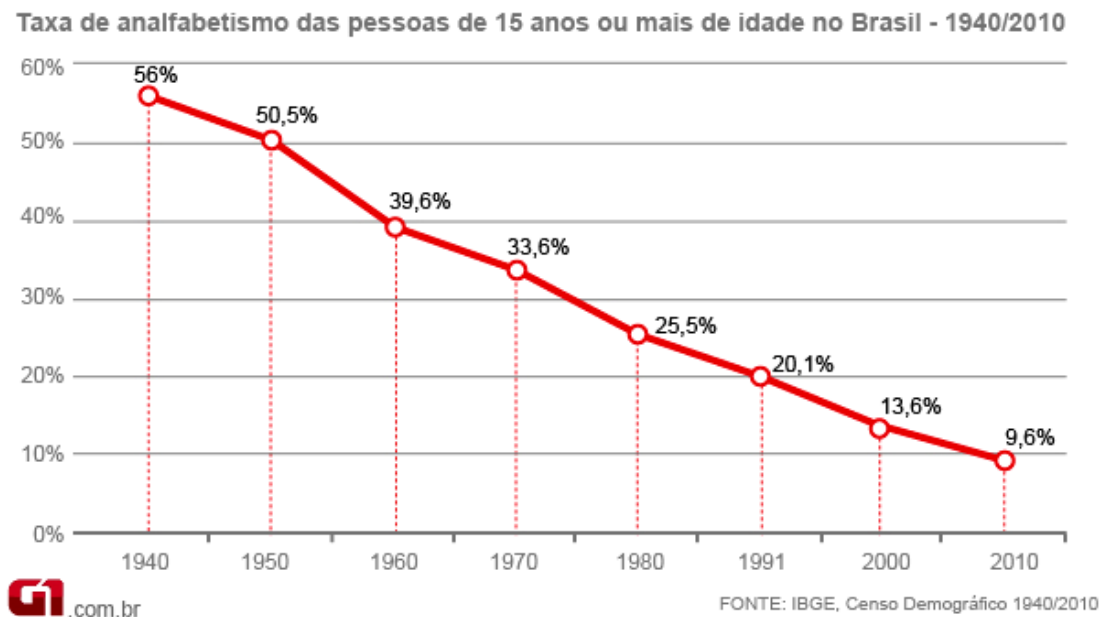
² Muito diferente do utilizado até atualmente no Japão, em que os endereços para correspondência são determinados por quadras e pelas famílias proprietárias, sem numeração específica para residências como utilizamos no Brasil.

³As câmaras municipais: espaços de representação do poder local e da exclusão política no período colonial. Representando os interesses das elites locais coloniais, as câmaras municipais eram instaladas e compostas por um grupo de vereadores presidido por um juiz. Esses cargos exercidos no ambiente da câmara eram reservados somente aos grandes proprietários de terra da localidade. Aqueles que escolhiam ou exerciam esses cargos eram usualmente chamados de “homens bons”. Escravos, mulheres, mulatos e, durante algum tempo, nem mesmo os comerciantes poderiam integrar o corpo diretivo de uma câmara municipal, na decisão de questões de importância local.

“é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (...) “Quem possui tal representação do espaço? E por quê?” Nessa hipótese, a representação do espaço sempre serviria à uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada. Um tal espaço se povoa segundo os decretos do poder, com um certo arbítrio; [...]”(LEFEBVRE, 2008, p. 44).

A alta taxa de analfabetismo persistente na maioria da população brasileira por 500 anos de história, até o início do século XXI (Fig. 5) é particularmente importante na medida em que justifica o atual pouco interesse e acesso da maior parte da população brasileira às decisões técnicas e políticas refletidas em planos diretores municipais, estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1988, e pelo Estatuto das Cidades, a partir de 2001.

Figura 6 – Taxa de analfabetismo de 1940 a 2010 para pessoas com mais de 15 anos de idade.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940/2010.

Seja por falta de possibilidades, tanto sociais quanto informacionais, o espaço urbano brasileiro foi conformado por 500 anos de baixíssimo grau da participação democrática pela sua população; e as decisões geralmente sobre a conformação desses espaços urbanos, e os recursos destinados para tais obras estavam mais atrelados até o final do séc. XX às percepções e necessidades das classes dominantes. Mudar este *modus operandi* de práticas

sociais é uma das prioridades para a construção de um espaço urbano que atenda melhor à maior parcela da sociedade brasileira; como podemos ver, a comunicação tem um papel importante para isto.

Obviamente a mudança de um costume de 500 anos acerca de decisões de como conformar, utilizando recursos públicos, o espaço urbano não é modificado facilmente. No século passado saímos de uma sociedade escravocrata, agrícola, rural, para uma sociedade que recebeu mais imigrantes de outros países, muitos advindos de situações de guerra civil, e recebeu a implantação de indústrias de base. Passou-se rapidamente do rural para o urbano (Figura 7), mas era uma sociedade que ainda não tinha forte voz corrente. Portanto, o crescimento do espaço urbano, entretanto, não veio acompanhado de melhor qualidade de vida urbana para as populações de baixa renda⁴.

Provavelmente um dos fatores preponderantes para a diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil tenha sido a mudança de endereço rural para o urbano:

Figura 7 – Taxa de urbanização brasileira de 1940 a 2010 para população rural e urbana.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Articulações políticas permitiram a volta de eleições diretas, os serviços públicos foram privatizados pelo neo-liberalismo, com ênfase nos sistemas viários e nas comunicações. Informação era e ainda é importante, para a saúde, para a educação, para os negócios, para o desenvolvimento econômico. Passou-se da valorização exacerbada da linha telefônica pública,

⁴ Ermínia Maricato discorre sobre as razões e as alternativas para a questão urbana das cidades brasileiras em seu livro *Brasil, cidades*. (2001).

com todos os compradores sendo co-proprietários das empresas estatais de telefonia (Telesp, Telerj, etc) durante a expansão da telefonia⁵ brasileira nos anos 70 e 90 do sec. XX para proprietários de chips e aparelhos celulares neste início do século XXI.

Os cenários urbanos nas décadas de 80 e 90, sobretudo nas grandes aglomerações e metrópoles, passaram a ter o que chamamos de habitações sub-normais, em locais inadequados, e/ou ilegais, ou de risco, ou áreas públicas de preservação permanente, que chamamos de favelas⁶.

Vieram os planos diretores municipais, obrigatórios⁷ para municípios com mais de 20.000 habitantes, e para serem validados é necessária a realização de audiências públicas com a população local, para expor diagnósticos e propostas aos rumos do desenvolvimento físico territorial destes municípios, com a conotação da função social da cidade e da propriedade urbana. Os planos diretores municipais, as obrigatórias audiências públicas, paulatinamente fizeram um retrato mais acurado dos problemas urbanos mais específicos de cada localidade e sua população; e contribuíram para se levantar tecnicamente o problema habitacional e a ocupação de áreas de risco e/ou de preservação permanente (APP).

Avanços foram feitos nos últimos anos pelo programa MCMV⁸, particularmente ligados à aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e a questão da propriedade urbana agora ter a menção jurídica à “função social da propriedade urbana”:

⁵ Em 1996 foi aprovada a Lei 9.295 (Lei específica ou Lei Mínima) que antecedeu a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) e abriu o mercado para os serviços de telefonia móvel da banda B, serviços via satélite, serviços limitados, trunking, paging e redes corporativas. Fonte: Ministério das comunicações, 2014.

⁶Com especificidades: a favela de São Paulo é de madeirite, e no Rio de Janeiro é de lajes sobrepostas, criando outros fenômenos, como “show na laje”.

⁷ Pelo Estatuto das Cidades (2001).

⁸Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é um programa habitacional do Governo Federal do Brasil, anunciado no dia 25/03/2009. Foi instituído pela Lei nº 11.977, de 7/7/2009; é constituído por dois programas: Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. A 2ª. fase do PMCMV, formalizada pela edição da Medida Provisória no 514/2010, convertida na Lei no. 12.424, de 16/6/2011, com meta de financiamento da construção de 2 milhões de residências no País até 2014; sendo 60% delas direcionadas a famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00; com um investimento de R\$ 71,7 bilhões. Diretrizes: redução do déficit habitacional, distribuição de renda e inclusão social; dinamização do setor da construção civil e geração de trabalho e renda. Estabelece 3% de quota para idosos e deficientes. Fonte: <http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html>, acesso em 26 abril 2014.

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.(BRASIL, 2001).

A cidade e o urbano

Henri Lefebvre conceitua a questão da “cidade e o urbano”, separando-a primeiro da questão “industrialização”; uma vez que faz a periodização histórica do Urbanismo em três fases: a era agrária, a industrial, a urbana. E que a era urbana está só começando; sendo que “o urbano, é um continente que se descobre e que se explora à medida que é construído”. (LEFEBVRE, 2008, p. 81).

Para uma análise rigorosa do que é o espaço urbano, Caiado e Santos, entretanto, em 2003 já questionavam a dicotomia rural-urbano, baseada na lei do perímetro-urbano, (utilizada pelo IBGE até 2010, ainda válida); após análise de informações coletadas no PMU⁹/1999 da Fundação SEADE¹⁰, os pesquisadores afirmam, que em todos os municípios paulistas havia ocupações urbanas em áreas rurais: loteamentos sem aprovação, loteamentos aprovados por lei especial, grandes equipamentos de lazer e indústria, e processos de conurbação com outros municípios.

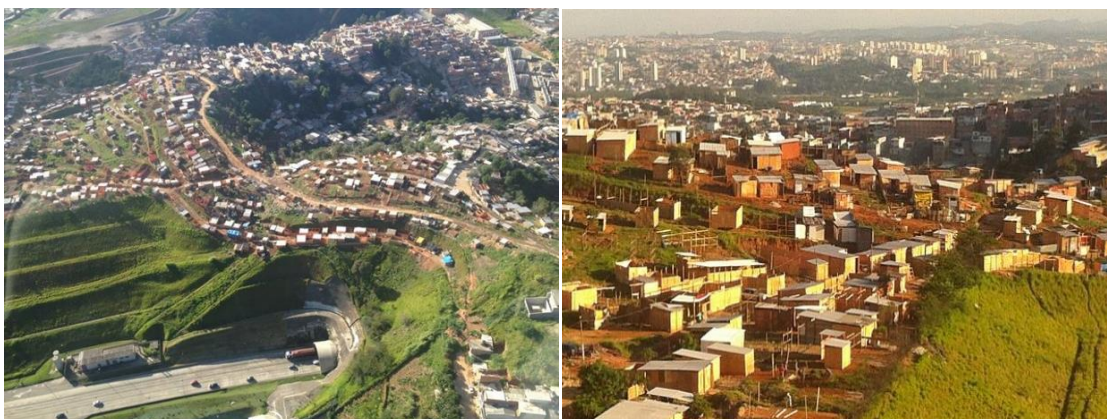
Trazem à tona a necessidade de novas questões instrumentais de análise para a representação de uma realidade mais complexa de uma sociedade urbana, cada vez mais metropolitana, principalmente no Estado de São Paulo. E alertam para a necessidade de um planejamento municipal de todo o território do município e não somente da área urbana, “*regulando o uso e a ocupação do solo no município de sorte a evitar o surgimento e expansão de ocupações ilegais, à margem do poder público*”. (CAIADO; SANTOS, 2003). Trata-se, portanto, da definição das formas de comunicação de parâmetros instrumentais e jurídicos inclusive, para se fazer um ajuste mais contemporâneo ao que está acontecendo nas bordas entre o antigo campo e área urbanizada (ou do que é considerado perímetro urbano).

Mais de dez anos após a publicação deste estudo, e cinco após o início da implantação do programa MCMV, a questão do limite de perímetro urbano e habitação de interesse social ainda está longe do fim, como podemos ver nas fotos a seguir (figura 8 a 11):

⁹ Plano Municipal Unificado

¹⁰ SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados, ligado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Figura 8 e 9 – Comunidade Nelson Mandela, em Osasco, às margens do Rodoanel, no quilômetro 11. Autor: Felipe Resk/Estadão.



Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,favela-com-7-mil-barracos-se-forma-as-margens-do-rodoanel,1155638,0.htm>, acesso em 26 abr. 2014.

Figura 10 e 11 - Moradores afirmam já haver 7 mil barracos construídos, e todas as decisões são tomadas coletivamente. Autor fotos: Felipe Resk/Estadão.



Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,favela-com-7-mil-barracos-se-forma-as-margens-do-rodoanel,1155638,0.htm>, - acesso em 26 abr. 2014.

As fotos anteriores são da ocupação irregular atual de área particular próxima do Rodoanel, na zona norte de Osasco, SP. Não há água e luz na maioria dos barracos, embora haja numeração deles. "Aqui, todas as decisões são coletivas", garante Ventura¹¹.

¹¹Carlos Eduardo Ventura, presidente da Frente Popular de Favelas de Carapicuíba, convocado pelos moradores da ocupação Nelson Mandela, articulou uma aproximação com o Movimento Sem-Teto do Ipiranga. Apesar de morar em Carapicuíba, a liderança - que cita artigos do Código Penal, tem passado a maior parte do tempo na ocupação às margens do Rodoanel para resolver questões internas. Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,favela-com-7-mil-barracos-se-forma-as-margens-do-rodoanel,1155638,0.htm>, acesso em 26 abr. 2014.

As primeiras medidas foram definir as ruas e numerar os barracos, passando a ser a matrícula de cada família. Na pauta: construir duas igrejas, uma escola e finalizar o cadastro interno dos ocupantes; lá, ninguém entra sem a autorização de Ventura.

Depois de uma invasão da ocupação no início de fevereiro/2014, pela Guarda Municipal de Osasco, que investiu contra a Comunidade Nelson Mandela, segundo os moradores sem qualquer aviso prévio, e acabou expulsa a pedradas. "Chegaram atirando, mano, foi tiro de tudo, de borracha, de calibre 12, de 38", conta um dos mandelenses que tem no celular o vídeo do momento em que o contingente bate em retirada pelo Portal D'Oeste II, o bairro vizinho. "Ó, é bala demais", mostra. Ao menos dois ocupantes ficaram feridos. "Agora eles vão ter que responder na corregedoria por tentativa de homicídio qualificado e abuso de poder", diz Carlos Eduardo Ventura, o líder mais experiente.

Este episódio, gravado pelo celular, e as fotos anteriores demonstram que Lefbvre tinha razão em relação ao urbano contemporâneo. Outros fenômenos com certeza virão, quem sabe mais positivos. O da ocupação irregular, de tamanha magnitude, ou em menor grau, com reintegração de posse, ou não, já está visto; infelizmente à medida que a população cresce, o problema tende a aumentar.

Conclusões

“É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?” Quão longe estamos do *flâneur*, da cidade do sonho, com tudo o que este pode acarretar de bom, como citado por Rouanet (2009, p. 50), e da necessidade de vida urbana nas calçadas, tão caras à Jane Jacobs, (2000) desde a década de 60 nos EUA.

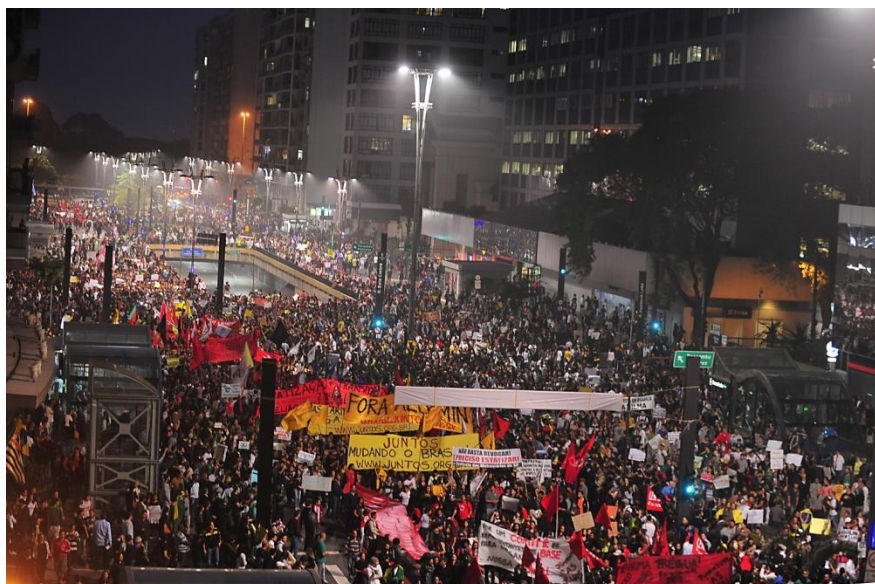
O Brasil, apesar de ter tido uma década de desenvolvimento econômico positivo, ainda precisa de novas leis e/ou paradigmas para o desenvolvimento do espaço urbano para sua sociedade? Como fazer chegar à visibilidade, à efetividade da legislação urbanística a quem mais precisa dela? Como produzir esta comunicação, que suporte midiático seria mais adequado? Mas a população não está resolvendo seu problema? É preciso mais recurso financeiro do governo? Ele está chegando a quem precisa de fato?

Pelos protestos de junho de 2013, verificamos que os espaços públicos podem ser velozmente apropriados pela população, pelo fenômeno da comunicação em massa, possibilitado pelo acesso capilarizado à internet. Em junho do ano passado, ocorreram diversas manifestações contíguas após o aumento anunciado de R\$0,20 centavos na tarifa de

ônibus em São Paulo pela Prefeitura Municipal de São Paulo, a cidade mais populosa do Brasil. (Figura. 12).

A partir daí, brasileiros de várias partes do País e com a globalização, (Figura. 13) em outros países também protestaram, solidarizando-se contra com o aspecto econômico e injusto de quem pouco ganha para pagar e viver uma vida dentro de coletivos abarrotados, sejam ônibus ou trens metropolitanos, muitas vezes devido à corrupção, cuja percepção é cada vez maior, também pela facilidade do acesso à comunicação (através de celulares e internet).

Figura 12 – Manifestação contra os R\$0,20 na Av. Paulista, São Paulo capital, em junho de 2013.



Disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/72/ABr200613_MCA2268.jpg, acesso em 26 abr. 2014.

Figura 13 – Manifestação contra os R\$0,20 fora do Brasil, em junho de 2013.



Disponível em: <http://uipei.com.br/wp-content/uploads/2013/06/Manifesta%C3%A7%C3%B5es-de-solidariedade-ao-Brasil-espalham-se-pelo-mundo-6.jpg>, acesso em 26 abr. 2014.

Há dez anos, (desde 2003), e a cada biênio, o Brasil realiza sistematicamente Conferências Municipais nas Cidades que queiram fazê-las. A sociedade civil organizada se reúne e debate temas relativos às prioridades para tentar estabelecer políticas públicas (e aplicar?) que possibilitem a implantação de medidas visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial, nos assuntos ligados ao espaço urbano, sua conformação e a função social da propriedade urbana, e o atendimento voltado à dignidade e melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Nas conferencias municipais, de acordo com regras estabelecidas, são eleitos por segmentos¹² da sociedade vários delegados, que representam sua cidade na conferencia estadual das cidades, e depois por sua vez, são eleitos dentre todas as cidades, os delegados que irão representar na conferencia nacional, seu estado federativo. As conferencias nacionais das cidades são hospedadas pelo Ministério das Cidades.

¹² Segmentos da sociedade: Movimentos Populares; -Trabalhadores; Organizações não-governamentais; Empresários, e Profissionais, Acadêmicos e de Pesquisa.

Figura 14 – Cartaz da 5ª. CNC – Brasília, 2013.



Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/5conferencia/images/img/cartilha.jpg> , acesso em 30 maio 2014.

A última, 5ª. CNC teve o mote de: “Quem muda a cidade somos nós. Reforma Urbana já!” (Figura 13), e foi aberta pela própria presidente Dilma Rousseff para 2680 delegados de vários segmentos, de todas as partes do País. Em novembro de 2013, após um processo de aproximadamente seis meses, discutiram-se propostas de prioridades para o Ministério das Cidades com os temas de: saneamento ambiental, mobilidade urbana e trânsito, capacitação e assistência técnica, financiamento da política urbana, participação, controle social e conselhos temáticos municipais, política territorial e regularização fundiária, habitação de interesse social e desenvolvimento econômico.

Notou-se que o Brasil tem dificuldade de integração das políticas estruturantes do desenvolvimento urbano e da implementação dos instrumentos urbanísticos estratégicos como os do Estatuto da Cidade e a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano; e necessidade de melhor formação de professores para atuar nas atividades de educação à distância na área do desenvolvimento urbano, tendo em conta as novas ferramentas tecnológicas disponíveis.

No total, conforme o Ministério das Cidades, para a 5ª. CNC de 2013, cerca de 240 mil pessoas participaram das conferências municipais realizadas em 2.800 municípios, em todo o Brasil ¹³. Resultados: diversidade, proposta de criação do Fundo Nacional de

¹³ Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/5conferencia/387-a-5%C2%AA-confer%C3%A2ncia-foi-um-esfor%C3%A7o-pela-democracia%E2%80%9D,-diz-secret%C3%A1rio-executivo,-carlos-vieira.html> , acesso em 26 abril 2014.

Desenvolvimento Urbano e indicação para a formação de conselhos municipais, centralizadores e temáticos, bem como fundos para gestão destes conselhos, nas cidades brasileiras. Novamente é importante a questão da comunicação e participação social na conformação do espaço urbano de qualidade.

Referências

- BUENO, Beatriz P. S. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. Tese (Doutorado). FAUUSP, (2ª versão).
- CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos sócio-espaciais. **São Paulo em perspectiva**, n. 17. p. 114-124. 2003.
- DERNTL, Maria Fernanda. Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. **Animus: São Paulo**. v. 20, n. 1, jun, 2012
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?** **USP**, n. 15, p. 48-75. nov. 1992.